



Reabilitação urbana tem de passar pela criação de cidades mais inteligentes

Para o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Lopes, a reabilitação é fundamental mas, tem de ser acompanhada pela “construção de uma cidade inteligente, essencial para mitigar os problemas da expansão urbana”

Susana Correia

“A requalificação das cidades portuguesas está contemplada no Portugal 2020, e é uma oportunidade que não podemos perder”, afirmou o Bastonário, chamando a atenção para a necessidade da integração de vários sistemas tecnológicos também no âmbito da reabilitação urbana. Num processo para o qual “a engenharia não só é determinante, como sem ela não há a possibilidade de construir uma verdadeira política de cidades e de cidadania de futuro, muito menos de cidades inteligentes”.

Até porque, diz Carlos Matias Ramos, “todos sabemos que as cidades são espaços de problemas, de desafios e de oportunidades, lembrando que “as urbes são responsáveis por 60% do consumo

de energia e por 75% da produção de CO2 a nível mundial”. Números que, mais do que impressionar, são indicadores da “necessidade de se desenvolverem estratégias sustentáveis para as cidades do futuro, as quais também devem ser pensadas para minimizar as desigualdades e a exclusão social. As smart cities surgem precisamente para a satisfação destes objetivos, definindo uma cidade que consegue integrar e gerir da melhor forma todas as suas componentes essenciais e que estão interligadas entre si, nomeadamente ao nível das infraestruturas, da economia, ambiente, energia, tecnologia, saúde, segurança, cultura, e-governance... São, no fundo cidades abertas a soluções inovadoras e ao desenvolvimento tecnológico, estimulando o seu desenvolvimento e



No dia 15 à tarde, o tema debatido foi “Solos, Reabilitação e Periferias”

promovendo também a cidadania.”

O engenheiro falava na abertura da conferência “Solos, reabilitação e periferias” organizada pela Confederação Imobiliária (CI) em parceria com a Ordem dos Engenheiros (OE) e a Ordem dos Arquitectos (OA) no âmbito da II Semana da Reabili-

tação Urbana de Lisboa, durante a tarde de 15 de abril; num evento que contou também com a participação do secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Miguel de Castro Neto. O governante aproveitou a ocasião para lembrar as principais linhas que

orientam a reforma do ordenamento do território em curso em curso, e que conduziu entre outras novidades à aprovação de novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial que foi concebido “para que haja conformidade entre os planos municipais e intermunicipais, e uma maior coordenação entre municípios de modo a permitir ganhos de escala e um aumento das sinergias”.

Além disso, acrescentou Miguel de Castro Neto, está também a ser desenvolvida uma nova estratégia de cidades sustentáveis no âmbito do Portugal 2020, numa altura em que estas continuam a ganhar cada vez mais importância e já concentram cerca de dois terços da população. “Esta proposta está atualmente em fase de consulta pública”, revelou o governante.